



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, fevereiro/2010

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

SECRETÁRIO-ADJUNTO

André Luiz Barreto de Paiva Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUB-SECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Andresa Costa Biason

Angela Carballido Fernandez

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970
Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 16, n. 1, janeiro 2010. 28 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : , STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em janeiro de 2010 foi superavitário em R\$ 13,9 bilhões, contra R\$ 1,7 bilhão em dezembro de 2009. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 17,6 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 3,7 bilhões e R\$ 8,0 milhões, respectivamente.

O resultado primário do Governo Central em janeiro de 2010 foi superavitário em R\$ 13,9 bilhões, R\$ 9,9 bilhões superior ao verificado em janeiro de 2009.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2009-2010**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões		
	DEZ 2009	JAN 2009	JAN 2010
I. RECEITA TOTAL	79.647,5	62.845,6	73.899,1
I.1. Receitas do Tesouro	53.797,3	50.692,4	59.661,4
I.1.1. Receita Bruta (1)	56.927,9	50.868,5	60.488,6
I.1.2. (-) Restituições	-3.130,6	-176,1	-822,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-5,2
I.2. Receitas da Previdência Social	25.591,5	12.031,8	14.076,0
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	25.147,2	11.733,2	13.720,4
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	444,3	298,6	355,6
I.3. Receitas do Banco Central	258,6	121,4	161,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	13.896,2	10.457,2	10.650,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	65.751,3	52.388,3	63.248,5
IV. DESPESA TOTAL	64.051,5	48.410,5	49.341,9
IV.1. Despesas do Tesouro	39.889,5	29.895,9	31.387,8
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	16.869,3	16.495,0	14.253,6
IV.1.2. Custeio e Capital	22.878,2	13.346,7	17.055,7
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.151,7	1.465,5	1.425,7
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	700,3	1.077,6	931,1
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.641,6	1.386,5	1.587,6
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	18.384,6	9.417,2	13.111,4
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	11.411,9	7.923,4	10.251,5
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	6.972,7	1.493,8	2.859,9
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	142,1	54,2	78,5
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	23.835,0	18.369,5	17.784,4
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	19.097,6	14.690,8	14.247,2
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	4.737,5	3.678,8	3.537,2
IV.3. Despesas do Banco Central	326,9	145,0	169,7
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	1.699,8	3.977,8	13.906,6
VI.1. Tesouro Nacional	11,6	10.339,2	17.623,0
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	1.756,5	-6.337,7	-3.708,4
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	6.049,7	-2.957,6	-526,8
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-4.293,1	-3.380,1	-3.181,6
VI.3. Banco Central (6)	-68,3	-23,6	-8,0
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB		1,66%	5,22%

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADAS JAN %		
DISCRIMINAÇÃO	09/08	10/09
Receitas	-2,7%	17,6%
Tesouro	-4,8%	17,7%
Previdência	7,4%	17,0%
Transferências	2,3%	1,8%
Receita Líquida	-3,6%	20,7%
Despesas	24,2%	2,0%
Benefícios	12,7%	-3,2%
Pessoal	31,2%	-13,6%
Custeio e Capital	34,8%	28,0%
FAT	32,3%	-2,7%
Subsídios	147,2%	-13,6%
LOAS/RMV	16,1%	14,5%
Outras	31,5%	39,5%
Custeio	34,3%	65,8%
Capital	18,3%	-100,0%
PIB	3,0%	11,0%

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve crescimento de R\$ 3,6 bilhões (6,3%), passando de R\$ 56,9 bilhões em dezembro de 2009 para R\$ 60,5 bilhões em janeiro de 2010. Essa evolução decorre, principalmente, dos seguintes fatores: i) pagamento, em janeiro, da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL relativa ao resultado apurado no trimestre anterior; ii) antecipação de recolhimento de ajuste referente ao lucro do ano anterior; iii) arrecadação semestral de IRRF-Rendimentos do Capital relativo a aplicações financeiras em fundos de investimento; e iv) pagamento trimestral de *royalties* relativos à extração de petróleo.

As transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 10,7 bilhões em janeiro de 2010, contra R\$ 13,9 bilhões no mês anterior, apresentando redução de 23,4%. As transferências constitucionais registraram R\$ 7,7 bilhões, com redução de 36,2% frente a dezembro de 2009, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) especialmente no terceiro decêndio de dezembro, transferido em janeiro. As demais transferências cresceram R\$ 660,0 milhões em janeiro; destaque para o aumento de R\$ 516,1 milhões em outras transferências, decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) no valor de R\$ 516,6 milhões, referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	dez/09	jan/10
Constitucionais (IR/IPI/outros)	12.046,9	7.688,1
CIDE-Combustíveis	-	453,1
Lei Comp. nº 115/20021	162,5	162,5
Demais	1.686,9	2.346,8
Total	13.896,2	10.650,6

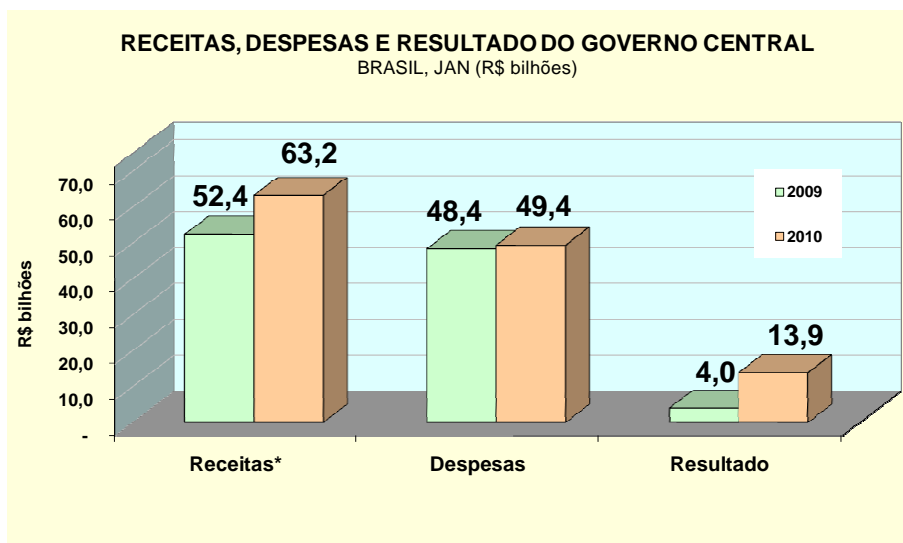
* Inclui auxílio financeiro

Do lado dos dispêndios, verificou-se a retração de R\$ 8,5 bilhões (21,2%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a dezembro de 2009, explicada, principalmente, pelas diminuições de R\$ 6,1 bilhões nas despesas com benefícios previdenciários, de R\$ 2,6 bilhões com o pagamento de pessoal e encargos, de R\$ 3,4 bilhões com o PAC e de 2,0 bilhões com as despesas discricionárias.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 3,7 bilhões, contra superávit de R\$ 1,8 bilhão apurado em dezembro. A despesa apresentou queda sazonal devido ao pagamento em dezembro da 2ª metade do abono anual correspondente à gratificação de Natal a aposentados e pensionistas enquanto a receita previdenciária caiu sazonalmente devido à arrecadação em dezembro das contribuições sobre as gratificações natalinas aos trabalhadores. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 526,8 milhões no mês, contra superávit de R\$ 6,0 bilhões em dezembro, enquanto a parcela rural registrou déficit de R\$ 3,2 bilhões em janeiro sendo que, em dezembro, esse valor havia atingido R\$ 4,3 bilhões.

Em comparação com janeiro de 2009, houve crescimento de R\$ 9,9 bilhões no superávit apurado. Essa evolução reflete o crescimento de R\$ 7,3 bilhões no superávit do Tesouro Nacional e a redução de R\$ 2,6 bilhões no déficit da previdência.

Em janeiro de 2010 o superávit primário do Governo Central correspondeu a 5,21% do PIB.



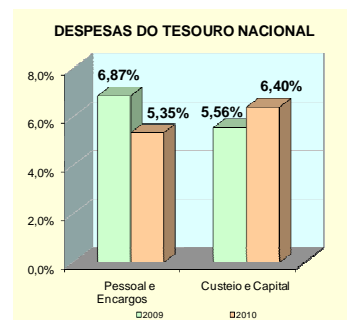
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	4,31%	6,61%
Previdência Social	-2,64%	-1,39%
Banco Central	-0,01%	0,00%
Governo Central	1,66%	5,22%

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 18,9% (R\$ 9,6 bilhões) relativamente a janeiro de 2009. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) incremento de R\$ 2,4 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 1,2 bilhão na de CSLL decorrente da antecipação de recolhimento do ajuste relativo ao ano de 2009; ii) aumento de R\$ 2,4 bilhões na arrecadação de Cofins refletindo a realização de compensações de pagamento indevido ou a maior em janeiro de 2009; iii) crescimento de R\$ 1,2 bilhão na arrecadação da cota parte de compensações.

As despesas do Tesouro Nacional em janeiro de 2010 diminuíram 5,1% frente ao mesmo período de 2009. Essa evolução decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) redução de R\$ 2,2 bilhões nas despesas de pessoal e encargos, decorrente do pagamento de R\$ 3,8 bilhões de precatórios e sentenças judiciais de pessoal em janeiro de 2009, contra R\$ 132,4 milhões em janeiro de 2010; ii) incremento das despesas discricionárias, as quais se elevaram R\$ 4,0 bilhões; e iii) pagamento de R\$ 1,5 bilhão em sentenças judiciais em janeiro de 2009, contra R\$ 9,1 milhões no mês. Cumpre salientar o incremento de R\$ 1,4 bilhão (91,5%) dos investimentos em janeiro de 2010 relativamente ao mesmo período de 2009, e de R\$ 613,1 milhões (137,4%) das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Por fim, o déficit da Previdência Social foi reduzido em 41,5% (R\$ 2,6 bilhões) relativamente a janeiro de 2009, alcançando R\$ 3,7 bilhões frente aos R\$ 6,3 bilhões apurados no ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 2,0 bilhões (17,0%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários diminuíram R\$ 585,1 milhões (3,2%) refletindo, sobretudo, a redução de R\$ 2,8 bilhões no valor de precatórios pagos.



Os investimentos cresceram 91,5% (R\$ 1,4 bilhão) em 2010 em comparação a 2009.

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 526,8 milhões, que corresponde a 14,2% do déficit total do regime, e a parcela rural registrou déficit de R\$ 3,2 bilhões (85,8% do déficit do RGPS).

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 6,3% relativamente ao mês anterior, em função, sobretudo, de fatores sazonais.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 60,5 bilhões em janeiro de 2010 contra R\$ 56,9 bilhões verificados em dezembro de 2009 (crescimento de 6,3%). Este comportamento é explicado pela queda de R\$ 4,1 bilhões nas demais receitas do Tesouro e pelos incrementos de R\$ 4,0 bilhões na arrecadação de impostos e de R\$ 3,7 bilhões nas receitas de contribuições.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 28,9 bilhões e as de contribuições R\$ 23,4 bilhões em janeiro, apresentando, respectivamente, crescimento de R\$ 4,0 bilhões (16,1%) e de R\$ 3,7 bilhões (18,5%) em relação aos valores apurados em dezembro. Essa evolução reflete os seguintes fatores: i) o incremento de R\$ 6,0 bilhões no IR – Pessoa Jurídica e de R\$ 3,7 bilhões da CSLL, em função do pagamento, no mês de janeiro, da 1ª cota ou cota única relativa ao resultado apurado no último trimestre de 2009, além da antecipação do recolhimento do item Declaração de Ajuste referente ao lucro obtido no exercício anterior; e ii) o decréscimo de R\$ 2,1 bilhões do IRRF – Rendimentos de Capital, em função da apuração semestral do tributo sobre aplicações financeiras em fundos de investimentos, com recolhimento realizado no mês de dezembro de 2009 (Lei nº 10.892/2004)..

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 8,2 bilhões no mês contra R\$ 12,3 bilhões registrados em dezembro de 2009, apresentando redução de R\$ 4,1 bilhões (33,5%). Tal variação decorre dos seguintes fatores: i) crescimento de R\$ 2,6 bilhões na cota-parte das compensações financeiras, em função do pagamento trimestral, em janeiro, de participação especial relativo à exploração de petróleo e gás natural; ii) a diminuição de R\$ 5,8 bilhões na arrecadação de dividendos.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 22,7% do PIB em janeiro de 2010, dos quais 10,8% correspondem à arrecadação de impostos, 8,8% a contribuições e 3,1% relativos às demais receitas.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2009-2010 (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO ¹	DEZ/09	JAN/10
Impostos	24.866,7	28.882,0
Imposto de Renda	18.087,1	22.598,7
IPI	3.189,2	2.876,5
Outros	3.590,4	3.406,8
Contribuições	19.785,2	23.440,0
Cofins	12.218,5	11.494,9
CPMF	4,4	8,8
CSLL	2.679,6	6.331,8
Cide - Combustíveis	632,4	690,2
Outras	4.250,3	4.914,3
Demais	12.276,0	8.166,6
Cota parte	1.269,3	3.837,3
Diretamente Arrecadada	1.801,8	2.229,3
Dividendos da União	5.872,2	78,9
Concessões	105,4	233,5
Outras	3.227,3	1.787,6
Total Bruto	56.927,9	60.488,6

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Retfis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Comparada a janeiro de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 9,6 bilhões (18,9%), passando de R\$ 50,9 bilhões para R\$ 60,5 bilhões. Esse resultado é decorrente, principalmente, de fatores sazonais, do crescimento de 18,1% na produção industrial de dezembro de 2009 em relação a dezembro de 2008, bem como da prorrogação do pagamento do Simples Nacional, da competência dezembro/2008 para fevereiro/2009 (Resolução CGSN nº 49/2008).

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- incremento de R\$ 2,4 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 1,2 bilhão na CSLL, em função da maior antecipação do recolhimento do item Declaração de Ajuste de IRPJ e CSLL, em janeiro de 2010;
- incremento de R\$ 2,4 bilhões na Cofins e de R\$ 497,5 milhões no PIS-Pasep, devido a compensação de débitos dessas contribuições, em janeiro de 2009, no valor de R\$ 811,0 milhões, por pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior;
- queda de R\$ 809,5 milhões (7,4%) no IRRF, principalmente devido: i) ao declínio de R\$ 616,8 milhões (38,2%) do IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado por quedas relativas a juros sobre capital próprio e rendimentos do trabalho; ii) à redução de R\$ 380,9 milhões (13,8%) do IRRF – Rendimentos do Capital, devido principalmente à redução na taxa de juros e à maior estabilidade da taxa de Câmbio em 2009; e iii) ao crescimento de R\$ 646,1 milhões (122,0%) no IRRF – Outros Rendimentos, reflexo do aumento nominal observado no item Prêmios Obtidos em Concursos, em decorrência do pagamento de prêmios acumulados e do aumento no número de concursos.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou crescimento de R\$ 2,2 bilhões (36,0%) em relação a janeiro de 2009, decorrente, sobretudo, do acréscimo de R\$ 1,2 bilhão (47,9%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função do aumento do preço internacional do petróleo.

Em janeiro, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 10,7 bilhões, contra R\$ 13,9 bilhões no mês anterior, apresentando decréscimo de 23,4%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 7,7 bilhões, com diminuição de R\$ 4,4 bilhões (36,2%) frente a dezembro, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), especialmente no terceiro decêndio de dezembro, com reflexo nas transferências de janeiro.

Em relação a janeiro de 2009, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 193,3 milhões (1,8%), elevando-se de R\$ 10,5 bilhões em 2009 para R\$ 10,7 bilhões em 2010.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Impostos	26.486,0	28.882,0
Imposto de Renda	21.053,1	22.598,7
IPI	2.484,1	2.876,5
Outros	2.948,8	3.406,8
Contribuições	18.378,6	23.440,0
Cofins	9.083,7	11.494,9
CPMF	13,6	8,8
CSLL	5.103,0	6.331,8
Cide - Combustíveis	28,0	690,2
Outras	4.150,3	4.914,3
Demais	6.003,9	8.166,6
Cota parte	2.595,3	3.837,3
Diretamente Arrecadada	2.075,2	2.229,3
Dividendos da União	61,9	78,9
Concessões	214,7	233,5
Outras	1.056,8	1.787,6
Total Bruto	50.868,5	60.488,6

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Retfis foram distribuídos nos respectivos tributos.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Demais	6.003,9	8.166,6
Cota parte	2.595,3	3.837,3
Plano do Servidor (CPSS)	715,0	781,7
Diretamente Arrecadada	2.075,2	2.229,3
Dividendos da União	61,9	78,9
Concessões	214,7	233,5
Outras	341,8	1.006,1

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2009-2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/09	JAN/10
Constitucionais (IR/IPI/outros)	12.046,9	7.688,1
CIDE-Combustíveis	-	453,1
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	1.686,9	2.346,8
Total	13.896,2	10.650,6

¹ Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2009-2010 (R\$ milhões)		
Decêndio	DEZ/09	JAN/10
Terceiro Decêndio	10.962,0	7.471,8
Primeiro Decêndio	4.850,7	2.937,0
Segundo Decêndio	6.031,7	6.420,1
Total	21.844,4	16.828,8

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Constitucionais (IR/IPI/outros)	3,70%	2,88%
CIDE - Combustíveis	0,11%	0,17%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,07%	0,06%
Demais	0,47%	0,88%
Total	4,35%	4,00%

¹ Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em janeiro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 31,4 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 8,5 bilhões (21,2%) relativamente a dezembro. Contribuíram para este resultado a redução de R\$ 5,8 bilhões (25,3%) registrado nas despesas de Custeio e Capital e de R\$ 2,6 bilhões (15,5%) registrado na despesa de Pessoal e Encargos Sociais.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais reduziram em relação ao mês anterior, devido, principalmente, ao pagamento da segunda parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) e das férias dos servidores do Poder Executivo no mês de dezembro.

O decréscimo observado nas despesas de Custeio e Capital deve-se, sobretudo, a redução de Outras Despesas de Custeio e Capital, R\$ 5,3 bilhões (28,7%). Por outro lado, houve aumento nas despesas de Subsídios e Subvenções Econômicas de R\$ 230,8 milhões (33,0%), enquanto as despesas do FAT diminuíram R\$ 726,0 milhões (33,7%).

No caso das despesas do FAT, verificou-se que não houve desembolso para o programa benefícios de abono salarial PIS/Pasep no mês de janeiro, contra R\$ 294,2 milhões no mês anterior, conforme calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2009/2010 (julho/2009 a junho/2010), regulamentado pela Resolução Codefat nº 605, de 27 de maio de 2009. Ademais, os gastos com seguro desemprego atingiram R\$ 1,4 bilhão, em janeiro, despesa 22,05% inferior a do mês de dezembro.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, o aumento das despesas decorreu, principalmente, da execução do Programa Aquisição do Governo Federal – AGF superior em R\$ 310,5 milhões, e do Fundo da Terra/Incrá em R\$ 167,5 milhões, em relação ao mês anterior. Por outro lado, houve diminuição nas despesas com Proex em R\$ 152,5 milhões.

No âmbito das Outras Despesas de Custeio e Capital, o decréscimo de R\$ 5,3 bilhões (28,7%) concentrou-se principalmente nas despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que tiveram uma execução a menor em R\$ 3,4 bilhões (76,3%), e nas despesas discricionárias, em R\$ 2,0 bilhões (15,4%). Dentre as despesas discricionárias houve um aumento no desempenho dos Ministérios do Desenvolvimento Social (R\$ 701,4 milhões), da Saúde (R\$ 78,4 milhões), e dos Transportes (R\$ 58,6 milhões). Por outro lado, houve redução no desempenho dos Ministérios da Defesa (R\$ 1,1 bilhão), da Ciência e Tecnologia (R\$ 410,0 milhões), da Educação (R\$ 158,2 milhões), e das Cidades (R\$ 138,3 milhões).

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2009-2010 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	DEZ/09	JAN/10
Pessoal e Encargos	16.869,3	14.253,6
Custeio e Capital	22.878,2	17.055,7
Despesas do FAT	2.151,7	1.425,7
Subsídios e Subvenções	700,3	931,1
LOAS/RMV	1.641,6	1.587,6
Outras	18.384,6	13.111,4
Transferência ao Bacen	142,1	78,5

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2009-2010 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO ¹	DEZ/09	JAN/10
Agricultura	331,5	787,5
Custeio Agropecuário	2,6	3,0
Investimento Rural	0,4	7,9
Preços Agrícolas	60,2	467,3
- EGF	0,1	86,5
- AGF	-50,9	259,6
- Sustent. de preços	111,0	121,2
Pronaf	-3,7	23,0
Pesa	199,7	29,4
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrá	69,4	236,9
FUNCAFÉ	2,9	20,0
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	24,8	-127,1
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-2,3	-1,7
Exportação (Proex)	27,1	-125,3
Total	356,3	660,4

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2009-2010 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	DEZ/09	JAN/10
Sentenças Judiciais	13,3	9,1
Legislativo/Judiciário	596,4	435,1
Crédito Extraordinário ¹	262,1	339,9
PAC ²	4.478,4	1.059,3
Outras ³	236,0	435,2
Discricionárias	12.798,4	10.832,7
d/q Min. da Saúde	4.074,6	4.153,1
Min. do Des. Social	1.066,3	1.767,7
Min. da Educação	1.724,8	1.566,6
Min. da Defesa	2.279,7	1.134,1
Min. da Ciência e Tec.	573,0	163,0
Min. do Des. Agrário	245,0	213,0
Min. da Justiça	294,3	229,1
Min. da Previdência	144,2	141,2
Min. dos Transportes	144,5	203,1
Min. das Cidades	202,7	64,4
Demais	2.049,2	1.197,6
Total	18.384,6	13.111,4

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 11,79% do PIB em janeiro, contra 12,45% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 1,5 bilhão (5,1%) em relação a 2009, destacando-se os incrementos de R\$ 3,7 bilhões (28,0%) nas Despesas de Custeio e Capital, em contrapartida à redução de R\$ 2,2 bilhões (13,6%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

Os dispêndios com a folha salarial registram redução de 1,52 p.p em relação ao PIB no período, passando de 6,87% em 2009, para 5,35% em 2010. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, a redução foi de R\$ 222,0 milhões (8,2%) enquanto no Poder Executivo houve acréscimo de R\$ 1,2 bilhão (12,4%). A expressiva redução decorreu do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 132,4 milhões frente ao desembolso de R\$ 3,8 bilhões no mesmo período do ano anterior.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,56% para 6,41% do PIB (acréscimo de 0,85 p.p.), explicados por: i) incremento de 1,01 p.p. na rubrica 'Outras Despesas de Custeio e Capital'; ii) aumento de 0,02 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV; iii) redução de 0,08 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro desemprego e gastos operacionais do FAT; e iv) redução de 0,10 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas.

Em 2010 as despesas do FAT tiveram desempenho similar ao desembolso do mesmo período do ano anterior, com queda de 2,7%. A redução é decorrente da inexistência de desembolso para pagamento do benefício abono salarial no mês de janeiro frente à despesa de R\$ 105,0 milhões em janeiro de 2009.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 931,1 milhões em 2010, contra R\$ 1,1 bilhão em 2009, decréscimo de R\$ 146,5 milhões (13,6%). Este resultado decorreu da redução dos seguintes Programas: i) Proex (R\$ 215,3 milhões); ii) Pronaf (R\$ 199,7 milhões); iii) Custeio Agropecuário (R\$ 102,5 milhões). Por outro lado, houve incremento nos dispêndios do Fundo da Terra (R\$ 170,7 milhões) e do Programa Aquisição do Governo Federal – AGF (R\$ 118,9 milhões) e Empréstimo do Governo Federal – EGF (R\$ 84,1 milhões). As despesas com os fundos regionais passaram de R\$ 324,0 milhões para R\$ 160,1 milhões, enquanto as despesas de reordenamento de passivos em janeiro totalizaram R\$ 110,6 milhões.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 201,1 milhões (14,5%) em relação ao mesmo período de 2009. Essa variação é explicada pelos reajustes de 12,05% e 9,68% do salário mínimo nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 8,0% no período de janeiro de 2010 relativamente a 2009 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,5 milhão foi destinado aos idosos e 1,6 milhão aos portadores de necessidades especiais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	12,45%	11,78%
Pessoal e Encargos	6,87%	5,35%
Custeio e Capital	5,56%	6,40%
Despesas do FAT	0,61%	0,53%
Subsídios e Subvenções	0,45%	0,35%
LOAS/RMV	0,58%	0,60%
Outras	3,92%	4,92%
Transferência ao Bacen	0,02%	0,03%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Agricultura	680,7	787,5
Custeio Agropecuário	105,4	3,0
Investimento Rural	15,7	7,9
Preços Agrícolas	249,5	467,3
- EGF	2,3	86,5
- AGF	140,7	259,6
- Sustent. de preços	106,5	121,2
Pronaf	222,8	23,0
Pesa	0,0	29,4
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrta	66,2	236,9
FUNCAFÉ	21,0	20,0
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	73,0	-127,1
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-16,9	-1,7
Exportação (Proex)	89,9	-125,3
Total	753,7	660,4

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos
² Dados revisados

Em 2010, os gastos com investimentos do governo federal apresentaram incremento de R\$ 1,4 bilhão (91,5%) em relação ao exercício de 2009.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2010**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idosos	Varição em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
jan/01	1.220.788	-	408.697	-	812.091	-
jan/02	1.351.660	11%	478.651	17%	873.009	8%
jan/03	1.570.534	16%	590.168	23%	980.366	12%
jan/04	1.710.521	9%	671.477	14%	1.039.044	6%
jan/05	2.076.789	21%	943.162	40%	1.133.627	9%
jan/06	2.297.843	11%	1.076.416	14%	1.221.427	8%
jan/07	2.489.025	8%	1.190.487	11%	1.298.538	6%
jan/08	2.700.283	8%	1.305.082	10%	1.395.201	7%
jan/09	2.952.721	9%	1.432.494	10%	1.520.227	9%
jan/10	3.182.160	8%	1.545.184	8%	1.636.976	8%

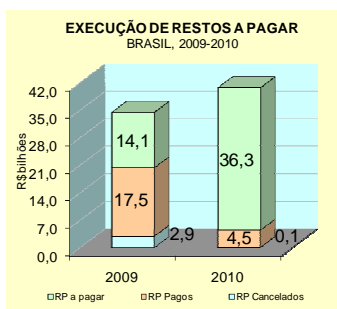
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Sentenças Judiciais	1.480,6	9,1
Legislativo/Judiciário	402,4	435,1
Crédito Extraordinário ¹	144,12	339,9
PAC ²	446,2	1.059,3
Outras ³	63,1	435,2
Discricionárias	6.880,7	10.832,7
d/q Min. da Saúde	3.429,9	4.153,1
Min. do Des. Social	998,5	1.767,7
Min. da Educação	610,1	1.566,6
Min. da Defesa	279,1	1.134,1
Min. da Ciência e Tec.	173,8	163,0
Min. do Des. Agrário	124,8	213,0
Min. da Justiça	156,5	229,1
Min. da Previdência	65,8	141,2
Min. dos Transportes	170,9	203,1
Min. das Cidades	37,6	64,4
Demais	833,7	1.197,6
Total	9.417,2	13.111,4

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Programa de Aceleração do Crescimento.

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 3,7 bilhões (39,2%) em janeiro em relação ao exercício anterior, destacando-se os gastos discricionários, com aumento de R\$ 4,0 bilhões (57,4%) e o Programa de Aceleração do Crescimento com elevação de R\$ 613,1 milhões (137,4%). Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Educação (R\$ 956,5 milhões), da Defesa (R\$ 855,0 milhões), do Desenvolvimento Social (R\$ 769,1 milhões) e da Saúde (R\$ 723,2 milhões). Destaca-se que os investimentos totais (Tabela 11) atingiram R\$ 2,9 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 1,4 bilhão (91,5%) em relação ao ano de 2009.



O montante pago de restos a pagar (RP) em janeiro de 2010, segundo o Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R\$ 4,5 bilhões, equivalentes a 11,0% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 7,7 % no mesmo período do ano anterior, sendo que R\$ 1,0 bilhão refere-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 3,9% do total programado para o ano. Do total dos RP pagos, os principais desempenhos concentraram-se principalmente nos Ministérios da Saúde (R\$ 1,5 bilhão), da Educação (R\$ 895,1 milhões), da Fazenda (R\$ 256,7 milhões), da Defesa (R\$ 362,1 milhões) e do Desenvolvimento Social (R\$ 174,1 milhões).

Previdência Social

Em janeiro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 3,7 bilhões contra um superávit de R\$ 1,8 bilhão em dezembro. A despesa apresentou queda sazonal devido ao pagamento em dezembro da 2ª metade do abono anual correspondente à gratificação de Natal a aposentados e pensionistas; também a receita previdenciária caiu sazonalmente devido à arrecadação em dezembro das contribuições sobre as gratificações natalinas aos trabalhadores. Em relação a janeiro

do ano anterior, observou-se uma redução do déficit no montante de R\$ 2,6 bilhões (41,5%).

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009-2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	DEZ	JAN	
	2009	2009	2010
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	25.591,5	12.031,8	14.076,0
Arrecadação Bruta	27.239,8	14.463,8	16.821,8
- Contribuição Previdenciária	25.434,5	13.759,5	15.061,7
- Simples	1.460,5	541,6	1.605,1
- CFT	66,6	45,2	53,3
- Depósitos Judiciais	267,7	91,4	90,1
- Refis	10,5	26,2	11,6
(-) Restituição/Devolução	-67,8	-13,0	-12,2
(-) Transferências a Terceiros	-1.580,4	-2.419,0	-2.733,5
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	23.835,0	18.369,5	17.784,4
III. RESULTADO PRIMÁRIO	1.756,5	-6.337,7	-3.708,4
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB		-2,64%	-1,39%

Em janeiro de 2010, a Previdência Social registrou um déficit de R\$ 3,7 bilhões, equivalente a 1,39% do PIB.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Contribuição	12.031,8	14.076,0	17,0%
Urbano	11.733,2	13.720,4	16,9%
Rural	298,6	355,6	19,1%
Benefícios	18.369,5	17.784,4	-3,2%
Urbano	14.690,8	14.247,2	-3,0%
Rural	3.678,8	3.537,2	-3,8%
Res. Primário	-6.337,7	-3.708,4	-41,5%
Urbano	-2.957,6	-526,8	-82,2%
Rural	-3.380,1	-3.181,6	-5,9%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 14,1 bilhões em janeiro, apresentando uma redução de R\$ 11,5 bilhões (45,0%) relativamente aos ingressos líquidos de dezembro de 2009. As principais razões foram: i) o efeito sazonal da gratificação natalina sobre as contribuições previdenciárias; e ii) o incremento sazonal das transferências a terceiros no mês de janeiro, devido ao impacto das contribuições sobre as gratificações natalinas com respeito ao valor dos repasses devidos a terceiras entidades (FNDE, Sesi, Senai, Sesc e outros). Em relação a janeiro de 2009, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 2,0 bilhões (17,0%). Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada em 2009 foi 9,9% superior à verificada em 2008.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JANEIRO			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Quantidade RGPS*	22,8	23,5	3,2%
Valor médio RGPS**	609,3	710,9	16,7%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

As despesas com benefícios este mês alcançaram o montante de R\$ 17,8 bilhões, tendo se reduzido R\$ 6,1 bilhões (25,4%) com relação a dezembro de 2009 – decorrência do efeito sazonal já mencionado – e R\$ 585,1 milhões (3,2%) em relação a janeiro de 2009. Deve-se ressaltar, ainda, a redução de R\$ 2,8 bilhões (92,6%) no pagamento de precatórios e sentenças judiciais.

No estoque de benefícios de janeiro de 2010, comparado ao mesmo período de 2009, destacam-se os aumentos de 610,7 mil aposentadorias (4,2%) e de 179,4

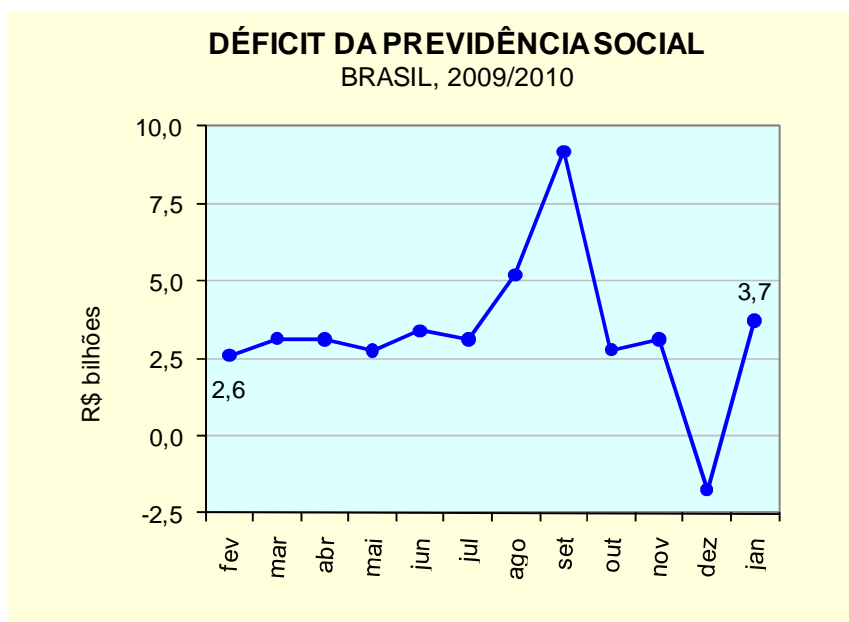
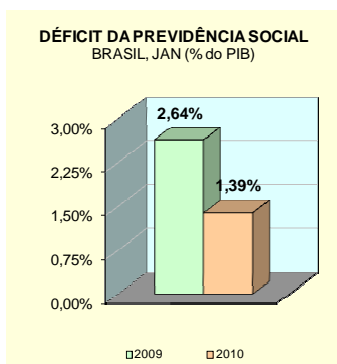
mil pensões por morte (2,8%), bem como a redução de 74,4 mil benefícios de auxílio-doença (5,9%).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Contribuição	5,01%	5,28%
Urbano	4,89%	5,15%
Rural	0,12%	0,13%
Benefícios	7,65%	6,67%
Urbano	6,12%	5,35%
Rural	1,53%	1,33%
Res. Primário	-2,64%	-1,39%
Urbano	-1,23%	-0,20%
Rural	-1,41%	-1,19%

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008-2009

	Em mil benefícios		
	DEZ		JAN
	2009	2009	2010
Benefícios do RGPS	23.534	22.784	23.521
Previdenciários	22.736	21.984	22.733
Aposentadorias	15.076	14.502	15.107
Idade	7.857	7.526	7.878
Invalidez	2.903	2.842	2.903
Tempo de contribuição	4.317	4.135	4.327
Pensão por morte	6.458	6.287	6.468
Auxílio-Doença	1.078	1.096	1.037
Salário - maternidade	71	54	69
Outros	53	46	53
Acidentários	798	800	787
Aposentadorias	160	154	160
Pensão por morte	127	128	127
Auxílio - doença	162	166	151
Auxílio - acidente	275	273	275
Auxílio - suplementar	75	79	74

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,27 p.p. em relação a janeiro de 2009. Por sua vez, os gastos com benefícios previdenciários diminuíram 0,98 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS se reduziu para 1,39% do PIB, 1,25 p.p. menor que o registrado no mesmo período do ano anterior.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 813,5 bilhões em janeiro, o correspondente a 25,5% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve redução de R\$ 9,6 bilhões em termos nominais, o que equivale a 0,7 ponto percentual do PIB. Contribuiu para esse resultado, a redução do estoque da dívida interna líquida em R\$ 12,5 bilhões, compensado em parte pelo aumento de R\$ 2,9 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

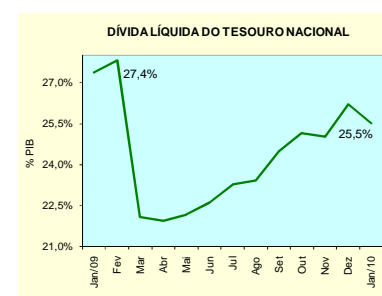
Em janeiro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 813,5 bilhões, o equivalente a 25,5% do PIB.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	2009		2010
	JAN	DEZ	JAN
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	711.250	724.440	711.898
I.1. Dívida Interna	1.685.119	2.037.585	1.949.878
I.2. Haveres Internos	973.868	1.313.145	1.237.979
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	130.837	98.744	101.635
II.1. Dívida Externa	131.144	98.974	101.928
II.2. Haveres Externos	307	231	293
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	842.087	823.184	813.533
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	27,4%	26,2%	25,5%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

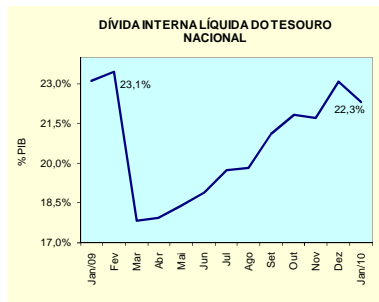


Em relação ao ano anterior, a DLTN tomada em proporção do PIB reduziu 1,9 ponto percentual, passando de 27,4% em janeiro de 2009 para 25,5% em janeiro de 2010. Em termos nominais, houve redução de R\$ 28,6 bilhões, no mesmo período, resultado da queda de R\$ 29,2 bilhões no estoque da dívida externa líquida e do crescimento de R\$ 648,0 milhões no estoque da dívida interna líquida.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de janeiro com um saldo de R\$ 711,9 bilhões, o equivalente a 22,3% do PIB. Em comparação ao mês anterior, houve redução de R\$ 12,5 bilhões em termos nominais, o que corresponde a 0,8 p.p. do PIB, efeito da combinação da queda de R\$ 87,7 bilhões no estoque da dívida e de R\$ 75,2 bilhões nos haveres internos.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, reduziu 0,8 p.p., passando de 23,1% em janeiro de 2009 para 22,3% em janeiro de 2010. Em termos nominais observou-se um crescimento de R\$ 648,0 milhões, resultado do aumento de R\$ 264,8 bilhões no estoque da dívida interna compensado em grande parte pelo crescimento de R\$ 264,1 bilhões nos haveres internos.

Dívida Interna Líquida



Título	2009		2010
	JAN	DEZ	JAN
Em Poder do Público	1.221	1.398	1.356
LFT	471	500	517
LTN	178	247	215
NTN-B	305	330	341
NTN-C	58	58	57
NTN-F	164	224	186
Demais ¹	46	39	39
Aplic. em Tít. Púb.	-21	-20	-23
Na carteira do BCB	462	638	601
Total	1.663	2.017	1.933
% PIB	54,1%	64,2%	60,6%

¹ Inclui títulos de dívida securitizada e TDA.

A Dívida Interna Líquida caiu de R\$ 23,1% do PIB, em dezembro, para 22,3 %, totalizando R\$ 711,9 bilhões no mês de janeiro.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	2009		2010
	JAN	DEZ	JAN
I. DÍVIDA INTERNA	1.685.119	2.037.585	1.949.878
I.1. Dívida Mobiliária	1.662.785	2.016.627	1.933.134
DPMFi em Poder do Público ¹	1.221.097	1.398.415	1.355.728
DPMFi em Poder do Banco Central	462.366	637.815	600.726
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(20.679)	(19.603)	(23.320)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.334	20.957	16.744
II. HAVERES INTERNOS	973.868	1.313.145	1.237.979
II.1. Disponibilidades Internas	166.238	406.470	323.753
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	450.168	437.365	437.877
II.3. Haveres da Administração Indireta	205.422	220.960	219.541
II.4. Haveres Administrados pela STN	152.040	248.349	256.810
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	711.250	724.440	711.898
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	23,1%	23,1%	22,3%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e outros fundos públicos em títulos federais, reduziu R\$ 83,5 bilhões comparativamente ao mês anterior (3,6 p.p. em relação ao PIB). Essa redução da DPMFi está associada ao resgate líquido de R\$ 96,4 bilhões, compensado pela apropriação de juros no valor de R\$ 16,6 bilhões. Em relação a janeiro do ano anterior, o aumento foi de R\$ 270,3 bilhões em termos nominais, ou 6,6 p.p. em proporção do PIB, passou de 54,1% para 60,6% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público, houve redução de R\$ 42,7 bilhões, em decorrência do resgate líquido de R\$ 54,4 bilhões, contra uma apropriação de juros no total de R\$ 11,7 bilhões. Na carteira do Banco Central também houve redução de R\$ 37,1 bilhões, consequência do resgate líquido no valor de R\$ 42,0 bilhões e da apropriação de juros no valor de R\$ 4,9 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram no estoque de NTN-F (redução de R\$ 37,7 bilhões), de LTN (redução de R\$ 32,7 bilhões) e de LFT (aumento de R\$ 17,0 bilhões).

**TABELA 6
VARIÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, JAN/2010**

Título	Saldo Dez/09	Fatores de Variação ¹⁷			Saldo Jan/10
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.398,4	45,6	-100,1	11,7	1.355,7
LFT	500,2	14,1	-0,4	3,3	517,2
LTN	247,3	16,5	-50,9	1,7	214,6
NTN-B	330,0	9,2	-0,8	3,1	341,5
NTN-C	58,0	0,0	-1,9	0,8	56,9
NTN-F	224,2	5,8	-45,2	1,7	186,5
Demais ¹⁴	38,7	0,1	-0,8	1,1	39,1
Na carteira do BCB	637,8	1,6	-43,5	4,9	600,7
Total	2.036,2	47,2	-143,6	16,6	1.956,5

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional diminuíram R\$ 75,1 bilhões em relação ao mês anterior. Houve redução de R\$ 82,7 bilhões nas disponibilidades internas e de R\$ 1,4 bilhão nos haveres da administração indireta. No mesmo período, aumentaram os haveres administrados pela STN em R\$ 8,5 bilhões, e os haveres junto aos governos regionais em R\$ 511,8 milhões.

Relativamente aos haveres da administração indireta, a maior variação ocorreu nos haveres do FAT, com redução de R\$ 1,5 bilhão. Nos haveres administrados pela STN, a variação mais significativa ocorreu no saldo dos haveres de legislação específica, cujo aumento alcançou R\$ 7,0 bilhões. Também aumentou o saldo dos haveres das operações estruturadas (aumento de R\$ 1,0 bilhão) em decorrência da elevação dos saldos dos contratos da Eletrobrás como resultado da variação cambial.

Em relação aos haveres junto aos governos regionais, aumentou o saldo dos Bônus Renegociados, R\$ 432,4 milhões, e os saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01, com crescimento de R\$ 327,1 milhões e de R\$ 224,1 milhões, respectivamente. As dívidas refinanciadas ao amparo da Lei nº 8.727/93 reduziram o estoque em R\$ 327,6 milhões.

Em janeiro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 101,6 bilhões, contra R\$ 98,7 bilhões em dezembro. Houve aumento de R\$ 2,9 bilhões em termos nominais e de 0,1 p.p. do PIB.

**HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS
BRASIL, 2009/2010**

R\$ bilhões

Discriminação	2009		2010
	JAN	DEZ	JAN
Lei 9.496/97	319,1	316,4	316,7
MP 2.185/01	50,1	50,3	50,6
Lei 8.727/93	41,4	37,6	37,3
Antecipação de Royalties	12,9	11,2	11,1
Bônus Renegociados	8,9	6,1	6,5
Lei 7.976/89	1,1	0,0	0,0
Demais Haveres	16,7	15,8	15,7
Total	450,2	437,4	437,9
% PIB	14,6%	13,9%	13,7%

**HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO
INDIRETA
BRASIL, 2009/2010**

R\$ bilhões

Entidade	2009		2010
	JAN	DEZ	JAN
FAT	134,8	140,7	139,2
Fundos Regionais	45,4	51,2	51,2
Demais	25,3	29,1	29,1
Total	205,4	221,0	219,5

**Dívida Externa
Líquida**

A Dívida Externa Líquida em janeiro totalizou R\$ 101,6 bilhões, equivalentes a 3,2% do PIB.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2009		2010
	JAN	DEZ	JAN
I. DÍVIDA EXTERNA	131.144	98.974	101.928
I.1. Dívida Mobiliária	100.031	78.905	80.386
Euro	12.056	9.382	9.619
Global US\$	77.339	58.668	60.085
Global BRL	10.268	10.634	10.443
Demais	368	220	239
I.2. Dívida Contratual	31.113	20.070	21.542
Organismos Internacionais	26.067	16.855	17.963
Bancos Privados e Agências Governamentais	5.046	3.214	3.579
II. HAVERES EXTERNOS	307	231	293
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	307	231	293
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	130.837	98.744	101.635
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	4,3%	3,1%	3,2%

(*) Dados sujeitos a alteração.
¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

A variação nos valores nominais resultou da apropriação positiva de juros no valor de R\$ 686,7 milhões e da variação cambial no montante de R\$ 6,3 bilhões, do resgate líquido de R\$ 2,3 bilhões, além do efeito negativo do ajuste metodológico de R\$ 1,7 bilhão. Houve mudança na forma de apuração do estoque, que a partir de janeiro de 2010 passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMi.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 29,2 bilhões, passando de R\$ 130,8 bilhões em janeiro de 2009 para R\$ 101,6 bilhões em janeiro de 2010. Em percentual do PIB, a redução foi de 1,1 p.p.

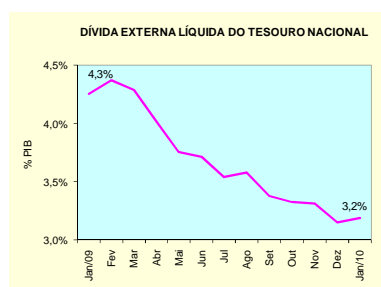


TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JAN/2010

R\$ milhões

Discriminação	Estoque Dez/09	Fatores de Variação					Estoque Jan/10
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Ajuste Metodológico ³	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária³	78.905	0	(2.195)	536	(1.737)	4.876	80.386
Global US\$	58.668	0	(1.607)	384	(1.861)	4.502	60.085
Euro	9.382	0	0	53	(174)	358	9.619
Global BRL	10.634	0	(588)	98	299	0	10.443
Demais	220	0	0	2	(0)	17	239
Dívida Contratual	20.070	9	(149)	150	0	1.462	21.542
Org. Internacionais	16.855	1	(118)	23	0	1.203	17.963
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.214	8	(30)	128	0	259	3.579
Total	98.974	9	(2.343)	686,7	(1.736,8)	6.337,9	101.928

¹ Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.
² Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.
³ A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMi.

Do estoque total da dívida, a dívida mobiliária corresponde a 78,9% (R\$ 80,4 bilhões); e a dívida contratual representa 21,1% (R\$ 21,5 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A8 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Janeiro 2010/2009

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Jan/2009	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2010
I. RECEITA TOTAL	62.845,6	48.346,9	55.909,2	62.886,2	56.336,7	55.031,9	60.323,9	60.823,2	53.503,4	69.410,0	74.239,9	79.647,5	73.899,1
I.1. Receitas do Tesouro	50.692,4	35.005,8	41.542,0	48.620,8	41.756,3	40.775,0	45.857,3	46.222,8	39.227,5	54.367,3	57.189,3	53.797,3	59.661,4
I.1.1. Receita Bruta	50.868,5	35.366,2	41.933,1	48.836,1	42.292,6	42.707,7	48.270,6	47.183,4	40.225,6	55.725,3	59.509,0	56.927,9	60.488,6
- Impostos	26.486,0	16.411,2	21.071,7	22.855,0	17.502,1	21.455,9	21.257,9	17.257,9	18.453,4	26.120,0	23.867,6	24.866,7	28.882,0
- Contribuições	18.378,6	13.930,3	16.204,3	17.460,4	15.301,5	16.159,1	18.499,4	16.683,2	18.158,9	20.895,5	21.057,7	19.785,2	23.440,0
- Demais ¹	6.003,9	5.024,7	4.657,1	8.520,7	9.489,0	5.092,7	7.948,5	13.242,2	3.613,3	8.709,8	14.583,7	12.276,0	8.166,6
I.1.2. (-) Restituições	-176,1	-360,4	-391,0	-187,9	-508,8	-1.932,7	-2.413,4	-960,6	-998,1	-1.358,0	-2.319,7	-3.130,6	-822,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-27,3	-27,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2
I.2. Receitas da Previdência Social	12.031,8	13.169,2	14.209,6	14.089,7	14.400,8	14.063,9	14.287,4	14.400,2	14.091,0	14.864,9	16.808,5	25.591,5	14.076,0
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano ²	11.733,2	12.867,7	13.868,7	13.665,1	13.926,8	13.642,2	13.925,5	14.033,3	13.727,8	14.496,9	16.410,0	25.147,2	13.720,4
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural ²	298,6	301,5	340,9	424,6	474,0	421,7	361,8	366,9	363,2	368,0	398,5	444,3	355,6
I.3. Receitas do Banco Central	121,4	171,9	157,6	175,6	179,6	193,1	179,2	200,3	185,0	177,8	242,1	258,6	161,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	10.457,2	10.934,3	8.174,7	9.347,8	12.835,0	12.915,2	7.796,1	10.093,0	8.111,1	10.946,5	12.176,5	13.896,2	10.650,6
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	8.888,8	8.279,2	6.611,7	7.829,6	9.345,4	8.079,4	6.232,7	7.233,6	6.436,3	7.431,5	9.145,5	12.046,9	7.688,1
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ³	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	273,9	0,0	0,0	28,2	0,0	0,0	254,0	0,0	0,0	406,4	0,0	0,0	453,1
II.4. Demais	1.132,0	2.492,6	1.400,6	1.327,6	3.327,1	2.723,2	1.147,0	2.696,9	1.512,3	2.946,2	2.868,5	1.686,9	2.346,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	52.388,3	37.412,6	47.734,5	53.538,4	43.501,7	42.116,7	52.527,8	50.730,2	45.392,3	58.463,5	62.063,4	65.751,3	63.248,5
IV. DESPESA TOTAL	48.410,5	38.523,9	41.108,0	43.507,0	43.868,6	42.734,9	51.018,1	47.347,5	53.206,0	47.228,6	51.400,6	64.051,5	49.341,9
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	16.495,0	11.181,5	11.145,3	11.099,4	10.867,4	11.348,2	14.375,4	11.422,6	11.701,8	11.746,6	13.400,3	16.869,3	14.253,6
IV.2. Benefícios Previdenciários	18.369,5	15.756,4	17.340,3	17.189,1	17.140,5	17.445,3	17.380,8	19.591,7	23.263,8	17.639,1	19.924,7	23.835,0	17.784,4
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	14.690,8	12.610,4	13.877,0	13.772,6	13.723,0	13.964,4	13.912,5	15.666,4	18.602,7	14.152,4	15.956,6	19.097,6	14.247,2
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural ²	3.678,8	3.146,0	3.463,3	3.416,5	3.417,5	3.480,9	3.468,3	3.925,3	4.661,1	3.486,7	3.968,1	4.737,5	3.537,2
IV.3. Custeio e Capital	13.346,7	11.333,9	12.259,1	14.879,7	15.568,6	13.633,5	18.929,2	15.972,3	17.891,3	17.491,6	17.640,5	22.878,2	17.055,7
IV.3.1. Despesa do FAT	1.465,5	1.553,8	2.065,6	1.705,4	1.930,2	1.925,4	4.926,0	2.798,2	2.347,3	2.462,8	2.101,1	2.151,7	1.425,7
- Abono e Seguro Desemprego	1.424,3	1.511,6	2.012,9	1.667,4	1.882,9	1.898,5	4.896,7	2.768,1	2.312,5	2.409,1	2.049,8	2.093,5	1.402,5
- Demais Despesas do FAT	41,2	42,3	52,7	38,1	47,3	26,9	29,3	30,1	34,8	53,7	51,3	58,2	23,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ⁴	1.077,6	375,7	-1.489,9	716,3	721,3	-1.365,9	697,7	871,0	940,3	1.443,5	722,7	700,3	931,1
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	753,7	134,6	-1.704,7	432,8	289,9	-1.619,7	599,6	714,5	733,9	1.264,3	401,8	356,3	771,0
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	324,0	241,1	214,8	283,5	431,4	253,9	98,1	156,6	206,4	179,2	321,0	344,0	160,1
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁵	1.386,5	1.467,8	1.615,5	1.581,2	1.586,7	1.598,3	1.593,2	1.601,7	1.610,9	1.628,5	1.633,9	1.641,6	1.587,6
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	9.417,2	7.936,6	10.067,8	10.876,7	11.330,4	11.475,7	11.712,2	10.701,4	12.992,8	11.956,6	13.182,8	18.384,6	13.111,4
- Outras Despesas de Custeio	7.923,4	6.726,2	8.372,5	8.515,0	8.815,3	8.727,0	8.722,3	8.450,7	9.691,5	8.583,3	9.959,1	11.411,9	10.251,5
- Outras Despesas de Capital ⁶	1.493,8	1.210,4	1.695,4	2.361,7	2.515,1	2.748,7	2.989,9	2.250,7	3.301,3	3.373,3	3.223,7	6.972,7	2.859,9
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	54,2	107,8	92,0	100,1	88,8	88,5	89,6	106,3	102,1	104,1	104,0	142,1	78,5
IV.5. Despesas do Banco Central	145,0	144,3	271,4	238,8	203,2	219,4	243,1	254,5	247,0	247,2	331,2	326,9	169,7
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB⁷	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	3.977,8	-1.111,3	6.626,5	10.031,4	-366,9	-618,2	1.509,6	3.382,7	-7.813,7	11.234,9	10.662,8	1.699,8	13.906,6
VI.1. Tesouro Nacional	10.339,2	1.448,3	9.870,9	13.193,9	2.396,4	2.789,6	4.667,0	8.628,4	1.421,1	14.078,5	13.868,1	11,6	17.623,0
VI.2. Previdência Social (RGPS) ⁸	-6.337,7	-2.587,2	-3.130,6	-3.099,4	-2.739,7	-3.381,4	-3.093,5	-5.191,5	-9.172,8	-2.774,2	-3.116,3	1.756,5	-3.708,4
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano ²	-2.957,6	257,3	-8,3	-107,5	203,8	-322,2	13,0	-1.633,1	-4.874,9	344,6	453,3	6.049,7	-526,8
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural ²	-3.380,1	-2.844,5	-3.122,4	-2.991,9	-2.943,5	-3.059,2	-3.106,5	-3.558,4	-4.297,9	-3.118,8	-3.569,6	-4.293,1	-3.181,6
VI.3. Banco Central ⁹	-23,6	27,6	-113,8	-63,2	-23,6	-26,3	-63,8	-54,2	-62,0	-69,4	-89,0	-68,3	-8,0
VII. AJUSTE METODOLÓGICO¹⁰	194,6	173,6	215,7	214,4	99,0	155,8	26,6	0,0	0,0	134,6	134,6	24,2	155,5
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	623,4	1.841,1	-1.026,5	615,8	-22,8	-674,3	154,5	515,8	-206,2	7,6	-84,9	111,3	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)¹¹	4.795,8	903,4	5.815,7	10.861,6	-290,8	-1.136,7	1.690,8	3.898,5	-8.019,9	11.377,1	10.712,4	1.835,3	nd
X. JUROS NOMINAIS¹¹	-14.339,7	-7.867,9	-13.197,1	-13.949,9	-11.173,0	-10.666,6	-14.815,4	-13.191,4	-14.336,1	-11.491,3	-12.984,3	-11.793,9	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)¹¹	-9.543,9	-6.964,5	-7.381,4	-3.088,3	-11.463,7	-11.803,3	-13.124,6	-9.292,9	-22.356,0	-114,2	-2.271,9	-9.958,6	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	850,0	689,1	878,7	772,4	807,1	811,4	805,6	884,0	843,0	876,7	1.493,7	1.241,1	833,6
RMV ⁵	149,0	156,7	168,2	162,7	160,4	158,8	157,0	155,5	153,9	152,6	151,1	149,9	144,6

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apropriação do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

⁴ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁵ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁶ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque

⁷ Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

⁸ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁹ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

¹⁰ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹¹ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Jan/2009	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2010
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	43.205,7	54.893,5	57.785,2	59.479,9	62.253,4	57.326,4	54.386,0	61.198,2	51.628,9	62.871,4	78.867,4	93.506,6	52.555,0
I.1 - Recolhimento Bruto	28.006,0	39.410,2	39.517,1	42.264,7	45.245,3	40.844,4	36.534,3	43.503,5	35.731,1	44.224,3	60.061,0	65.362,1	34.740,0
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	-27,3	-27,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.576,7	1.121,6	2.318,8	1.878,7	1.171,0	2.103,2	1.596,5	1.638,6	1.245,3	1.774,8	1.602,3	1.660,2	1.112,0
I.4 - Receita das Operações de Crédito	96,3	144,7	170,9	250,9	465,1	93,7	254,4	699,2	339,1	124,7	128,6	120,5	208,0
I.5 - Receita do Salário Educação	1.419,6	819,9	805,1	835,2	799,9	833,2	840,6	827,5	870,6	853,9	858,4	902,1	1.585,4
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	12.107,2	13.424,4	15.000,8	14.250,4	14.572,1	13.452,0	15.160,3	14.529,4	13.442,7	15.893,8	16.217,2	25.461,8	14.914,7
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	79.911,5	56.684,6	55.902,5	56.454,8	67.537,3	63.967,7	69.196,1	69.322,7	67.088,5	61.280,4	75.312,7	74.712,9	67.596,6
II.1 - Liberações Vinculadas	13.426,1	13.615,8	10.159,3	12.006,4	14.767,8	14.246,0	10.703,5	12.329,3	10.489,7	12.765,1	14.947,3	16.982,1	11.007,7
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	9.476,5	8.827,1	7.049,6	8.350,8	9.966,2	8.615,3	6.643,8	7.711,9	6.859,8	7.918,5	9.753,5	12.702,5	8.193,0
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.406,4	2.268,3	1.031,5	1.016,0	1.792,2	1.065,5	1.393,3	2.216,8	1.170,8	1.881,4	2.585,5	1.399,4	21,9
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	-162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.380,7	2.357,9	1.915,7	2.477,1	2.846,9	2.452,6	2.503,9	2.238,0	2.296,7	2.802,6	2.445,9	2.717,7	2.955,4
II.2 - Liberações Ordinárias	66.485,4	43.068,8	45.743,2	44.448,4	52.769,5	49.721,8	58.492,5	56.993,4	56.598,9	48.515,4	60.365,4	57.730,8	56.588,9
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.478,2	12.167,7	12.487,7	11.815,1	12.083,4	15.314,6	12.565,0	12.919,8	12.650,0	12.944,6	18.721,5	14.850,2	879,2
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	2.583,9	810,4	555,8	1.208,9	2.513,1	719,4	1.800,2	1.007,5	115,8	1.000,9	136,8	872,2	978,5
i) Dívida Contratual Interna	70,5	103,1	109,7	105,8	90,9	101,5	94,3	98,7	98,4	100,7	95,8	102,7	69,5
ii) Dívida Contratual Externa	2.513,4	707,3	446,1	1.103,1	2.422,1	617,9	1.705,9	908,8	17,4	900,2	41,0	769,5	909,1
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	16.229,6	3.022,2	5.273,7	2.199,4	8.698,6	2.317,0	14.014,9	2.677,0	9.522,0	4.209,5	8.566,0	5.923,0	17.020,8
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	22.415,3	18.125,5	16.001,1	17.285,8	16.905,9	17.513,0	17.369,2	27.506,8	19.681,1	16.763,8	18.130,5	14.284,9	25.073,4
II.2.5 - Custeio e Investimento	7.176,0	8.791,3	11.193,7	11.648,0	12.020,9	13.544,0	12.438,1	12.663,0	14.054,6	13.366,4	14.542,2	21.422,6	12.329,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	602,4	151,6	231,3	291,3	547,6	313,8	305,1	219,2	575,3	230,3	268,3	377,8	307,7
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)	-36.705,8	-1.791,1	1.882,7	3.025,1	-5.283,9	-6.641,3	-14.810,0	-8.124,5	-15.459,6	1.591,0	3.554,7	18.793,8	-15.041,6
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	20.204,1	20.741,7	25.684,9	-3.428,6	32.074,9	50.618,1	26.731,6	-21.287,6	52.647,3	46.679,4	35.717,8	121.069,3	41.250,2
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	19.326,5	19.221,0	24.427,4	-4.900,3	30.707,0	49.166,2	25.791,3	-22.337,3	51.156,8	45.436,1	34.755,1	119.788,8	40.433,8
IV.2 - Outras Operações de Crédito	877,6	1.520,7	1.257,5	1.471,7	1.367,9	1.451,9	940,3	1.049,7	1.490,5	1.243,2	962,8	1.280,5	816,4
V. DESPESAS	74.643,1	3.173,1	26.021,7	27.675,6	27.050,4	16.383,2	30.363,0	3.678,8	31.410,9	39.617,4	12.656,8	27.351,7	83.266,7
V.1 - Amortização da Dívida Interna	72.787,7	1.346,6	25.548,1	27.071,2	24.966,6	14.050,1	29.322,0	3.466,0	31.358,2	38.599,9	10.386,8	26.721,4	82.832,1
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	72.670,4	1.167,8	25.328,3	26.887,6	24.787,4	13.873,0	29.140,1	3.288,3	31.175,0	38.402,0	10.200,0	26.438,5	82.719,2
V.1.2 - Dívida Contratual	117,3	178,8	219,8	183,5	179,2	177,1	181,9	177,7	183,2	197,9	186,8	282,9	112,9
V.2 - Amortização da Dívida Externa	1.855,4	1.826,5	473,6	604,4	2.083,7	2.333,0	1.041,0	212,8	52,7	1.017,5	2.269,9	630,3	434,5
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-53.343,9	18.053,3	-900,9	-31.787,9	5.919,6	35.293,2	-3.348,8	-25.625,6	19.981,8	7.034,1	24.555,1	93.350,3	-42.285,4
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	-24.212,8	832,7	10.226,4	14.472,2	6.596,8	235,8	-14.656,0	42.096,9	-210,5	-9.688,9	-7.895,6	-4.763,1	-40.661,5
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-115.357,6	16.610,2	11.772,3	-13.606,9	6.337,4	27.829,4	-33.097,5	9.006,0	5.566,2	-1.035,9	18.720,1	107.748,2	-97.719,6

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Jan/2009	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2010
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	13.287,2	1.832,7	10.226,4	25.972,2	17.396,8	3.735,8	11.344,0	42.996,9	2.989,5	2.641,5	3.017,7	3.165,5	4.338,5
I.1. Emissão de Títulos	11.577,4	0,0	7.585,4	22.865,1	14.003,8	222,8	8.176,9	39.598,9	0,0	0,0	0,0	0,0	1.570,1
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.579,6	1.666,3	2.501,1	2.954,9	3.223,0	3.328,8	2.943,9	3.138,5	2.830,5	2.519,3	2.898,9	3.098,8	2.609,8
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	130,2	166,4	140,0	152,2	170,0	184,3	223,2	259,5	159,0	122,2	118,8	66,7	158,6
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	37.500,0	1.000,0	0,0	11.500,0	10.800,0	3.500,0	26.000,0	900,0	3.200,0	12.330,5	10.913,3	7.928,6	-45.000,0
II.1. Resgate de Títulos	30.000,0	0,0	0,0	11.000,0	7.880,7	2.943,1	20.000,0	3,3	2.100,0	11.210,0	8.102,2	5.857,9	-36.000,0
II.2. Encargos da DPMF	7.500,0	1.000,0	0,0	500,0	2.919,3	556,9	6.000,0	896,7	1.100,0	1.120,5	2.811,1	2.070,7	-9.000,0
III. RESULTADO (I - II)	-24.212,8	832,7	10.226,4	14.472,2	6.596,8	235,8	-14.656,0	42.096,9	-210,5	-9.688,9	-7.895,6	-4.763,1	49.338,5

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Jan/2009	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2010
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	105,4	71,8	2,8	2,4	1,8	1,6	1,5	1,2	2,4	2,0	2,3	2,6	3,0
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL¹	15,7	0,0	-0,1	0,1	-118,8	0,3	0,7	-13,0	23,2	-1,8	6,2	0,4	7,9
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	249,5	130,4	219,5	317,8	99,2	129,3	294,5	355,3	290,5	1.030,3	172,0	60,2	467,3
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	2,3	8,5	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	86,5
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	140,7	86,9	119,5	227,3	29,5	33,6	152,2	324,9	212,3	1.003,4	131,9	-50,9	259,6
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	106,5	35,0	100,0	90,4	69,6	95,6	142,3	30,3	78,2	26,8	40,0	111,0	121,2
IV. PRONAF	222,8	7,2	2,6	8,0	106,1	22,4	28,5	100,6	217,6	110,5	82,0	-3,7	23,0
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	191,3	3,0	6,7	4,9	109,5	6,6	8,4	7,2	363,4	7,7	49,0	10,2	19,3
IV.2. Concessão de Financiamento ²	31,4	4,2	-4,0	3,1	-3,4	15,8	20,2	93,4	-145,9	102,9	33,1	-13,9	3,7
V. PROEX	89,9	-110,3	33,6	9,4	18,6	45,0	-63,4	41,2	-32,1	-9,8	-3,4	27,1	-125,3
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	88,9	1,0	35,9	59,3	27,1	29,9	52,4	27,1	11,9	19,8	7,3	33,7	5,5
V.2. Concessão de Financiamento ²	1,1	-111,2	-2,3	-50,0	-8,6	15,1	-115,8	14,2	-43,9	-29,7	-10,7	-6,6	-130,8
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)³	0,0	0,0	0,0	27,5	136,0	90,4	0,1	0,5	0,9	1,0	2,3	199,7	29,4
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,2	131,1	42,4	11,2	3,4	0,0	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA²	66,2	58,1	50,4	75,6	26,5	42,2	95,7	55,7	81,4	130,2	113,4	69,4	236,9
XI. FUNCAFÉ	21,0	4,0	3,9	3,3	7,3	2,3	1,5	0,7	1,6	1,2	3,3	2,9	20,0
XII. REVITALIZA	0,0	0,0	0,0	0,0	32,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,9	0,0	0,0
XIII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)²	-16,9	-26,6	-2.017,6	-11,5	-20,3	-2.121,1	-9,8	-14,7	-1,6	-2,6	-2,5	-2,3	-1,7
XIV. TOTAL	753,7	134,6	-1.704,7	432,8	289,9	-1.782,5	480,5	569,9	595,1	1.264,3	401,8	356,3	660,4

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais", nos valores de R\$ 13,6 milhões em agosto e R\$ em 2,0 milhões em outubro de 2009.

² Concessão de empréstimos menos retornos.

³ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jan/09	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/10
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	711.250,2	715.153,6	540.251,0	543.876,3	557.926,9	571.141,3	596.683,4	601.634,7	643.916,7	665.838,4	666.548,8	724.439,9	711.898,2
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.685.118,5	1.714.351,9	1.751.401,5	1.736.813,5	1.750.014,5	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1	2.037.584,5	1.949.877,6
DPMFi em Poder do Público ¹	1.221.097,0	1.247.398,7	1.267.793,9	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1
DPMFi em Poder do Banco Central	462.366,3	465.516,4	482.112,0	474.243,2	475.565,3	499.646,1	490.801,4	494.092,3	530.202,9	547.458,8	549.108,3	637.815,0	600.725,7
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-20.678,5	-20.778,2	-20.606,8	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2
Demais Obrigações Internas	22.333,8	22.215,1	22.102,4	21.933,1	21.803,2	21.693,3	21.577,7	21.440,2	21.290,2	21.199,4	21.090,2	20.957,2	16.743,9
I.2. HAVERES INTERNOS	973.868,4	999.198,3	1.211.150,5	1.192.937,2	1.192.087,6	1.250.494,8	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.918,0	1.254.097,2	1.274.149,3	1.313.144,6	1.237.979,4
Disponibilidades Internas	166.237,7	182.233,3	385.985,3	374.393,5	375.963,9	407.426,1	380.316,0	394.429,1	376.166,2	354.762,6	374.151,7	406.470,3	323.752,5
Haveres junto aos Governos Regionais	450.168,0	450.193,7	448.267,0	443.839,8	443.091,1	442.402,3	440.796,7	438.349,3	437.716,3	437.968,2	437.655,7	437.364,9	437.876,7
Haveres da Administração Indireta	205.422,4	210.080,2	207.972,7	208.259,8	210.098,0	212.328,5	211.406,8	213.996,7	215.177,2	216.904,5	218.294,6	220.960,1	219.540,7
Haveres Administrados pela STN	152.040,3	156.691,1	168.925,4	166.444,0	162.934,6	188.337,9	212.118,7	248.278,6	244.858,4	244.461,9	244.047,4	248.349,3	256.809,5
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	130.836,8	133.223,7	130.070,3	121.907,4	113.759,3	112.440,0	106.911,6	108.682,9	102.844,3	101.364,9	101.723,8	98.743,6	101.634,7
II.1. DÍVIDA EXTERNA	131.143,7	133.599,5	130.450,1	122.247,9	114.057,9	112.728,0	107.201,0	108.968,1	103.041,9	101.615,1	101.976,2	98.974,4	101.927,8
Dívida Mobiliária	100.030,7	102.037,1	100.147,8	94.004,8	88.517,7	87.535,6	83.039,3	84.541,6	80.266,4	79.552,6	80.080,9	78.904,7	80.385,9
Dívida Contratual	31.113,0	31.562,4	30.302,3	28.243,0	25.540,2	25.192,5	24.161,7	24.426,5	22.775,5	22.062,6	21.895,4	20.069,7	21.541,9
II.2. HAVERES EXTERNOS	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	842.087,0	848.377,3	670.321,3	665.783,7	671.686,2	683.581,2	703.595,0	710.317,6	746.761,0	767.203,2	768.272,6	823.183,6	813.532,9
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	27,4%	27,8%	22,1%	21,9%	22,2%	22,6%	23,3%	23,4%	24,5%	25,2%	25,0%	26,2%	25,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL

	Jan/09	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/10
I. DÍVIDA INTERNA	1.685.118,5	1.714.351,9	1.751.401,5	1.736.813,5	1.750.014,5	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1	2.037.584,5	1.949.877,6
I.1. DPMFI EM PODER DO PÚBLICO¹	1.221.097,0	1.247.398,7	1.267.793,9	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1
LFT	470.624,3	482.269,0	471.368,1	483.897,7	500.767,9	499.212,2	537.902,9	545.295,8	511.364,2	516.223,4	519.676,3	500.224,2	517.195,8
LTN	178.147,5	188.118,3	212.314,6	187.246,1	199.825,5	232.028,3	217.223,0	237.052,5	246.156,7	214.246,5	232.589,4	247.269,5	214.563,2
NTN-B	304.538,4	306.455,2	311.249,8	315.888,4	291.850,7	301.300,4	307.032,7	320.389,4	324.946,6	330.145,6	322.134,5	329.996,9	341.459,1
NTN-C	57.533,5	58.074,4	57.985,4	57.716,9	58.078,5	58.481,8	56.918,9	57.160,8	57.299,3	57.186,4	57.677,5	58.006,3	56.882,5
NTN-F	164.264,0	166.110,4	169.172,6	172.541,6	180.324,9	187.542,1	188.561,6	200.957,7	206.634,1	213.814,0	218.763,9	224.206,1	186.499,8
Dívida Securitizada	14.959,9	14.902,3	14.766,3	14.709,8	14.829,8	14.822,3	14.268,3	12.160,6	12.113,2	12.113,4	12.068,6	12.058,1	11.945,0
Demais Títulos em Poder do Público	31.029,3	31.469,1	30.937,2	29.786,6	28.577,8	28.488,5	27.978,1	27.965,5	27.375,0	27.083,6	26.957,4	26.654,4	27.182,8
I.2. DPMFI EM PODER DO BANCO CENTRAL	462.366,3	465.516,4	482.112,0	474.243,2	475.565,3	499.646,1	490.801,4	494.092,3	530.202,9	547.458,8	549.108,3	637.815,0	600.725,7
LFT	189.309,2	190.929,0	198.923,8	200.594,8	206.040,9	215.088,7	224.706,8	226.266,5	227.837,0	229.417,8	230.933,6	242.856,3	244.459,8
LTN	98.927,1	99.801,8	106.362,5	95.271,1	99.951,2	109.976,1	91.986,9	92.866,7	103.792,4	96.592,4	100.486,6	132.190,7	103.068,7
Demais Títulos na Carteira do BCB	174.130,0	174.785,6	176.825,7	178.377,3	169.573,1	174.581,3	174.107,7	174.959,1	198.573,5	221.448,5	217.688,1	262.768,1	253.197,3
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-20.678,5	-20.778,2	-20.606,8	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	22.333,8	22.215,1	22.102,4	21.933,1	21.803,2	21.693,3	21.577,7	21.440,2	21.290,2	21.199,4	21.090,2	20.957,2	16.743,9
II. DÍVIDA EXTERNA	131.143,7	133.599,5	130.450,1	122.247,9	114.057,9	112.728,0	107.201,0	108.968,1	103.041,9	101.615,1	101.976,2	98.974,4	101.927,8
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	100.030,7	102.037,1	100.147,8	94.004,8	88.517,7	87.535,6	83.039,3	84.541,6	80.266,4	79.552,6	80.080,9	78.904,7	80.385,9
Euro	12.055,8	12.038,3	12.357,9	10.808,1	10.534,9	10.306,2	10.121,9	10.307,8	9.776,6	9.731,3	10.014,7	9.382,0	9.618,9
Global US\$	77.339,1	79.252,4	76.999,5	72.325,0	67.039,4	66.188,7	62.381,7	63.720,2	59.927,8	59.164,5	59.309,5	58.668,0	60.085,2
Global BRL	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.242,4	10.340,4	10.438,4	10.536,4	10.634,3	10.443,2
Demais Títulos Externos	367,8	379,4	324,4	306,8	279,4	277,7	267,8	271,1	221,6	218,5	220,4	220,3	238,7
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	31.113,0	31.562,4	30.302,3	28.243,0	25.540,2	25.192,5	24.161,7	24.426,5	22.775,5	22.062,6	21.895,4	20.069,7	21.541,9
Organismos Multilaterais	26.066,7	26.511,7	25.463,3	23.897,7	21.550,4	21.387,3	20.487,6	20.645,9	19.224,3	18.747,4	18.534,1	16.855,2	17.963,4
Credores Privados e Ag. Governamentais	5.046,3	5.050,7	4.839,0	4.345,3	3.989,9	3.805,2	3.674,1	3.780,6	3.551,3	3.315,2	3.361,2	3.214,5	3.578,5
III. DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL (I+II)	1.816.262,2	1.847.951,5	1.881.851,6	1.859.061,3	1.864.072,4	1.934.364,1	1.948.522,7	2.005.656,5	2.020.876,7	2.021.550,7	2.042.674,3	2.136.558,9	2.051.805,4
DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL/PIB¹²	59,0%	60,6%	62,0%	61,3%	61,5%	63,9%	64,5%	66,1%	66,3%	66,3%	66,5%	68,1%	64,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) Inclui TDA e dívida securitizada.

12) PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jan/09	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/10
I. HAVERES INTERNOS	973.868,4	999.198,3	1.211.150,5	1.192.937,2	1.192.087,6	1.250.494,8	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.918,0	1.254.097,2	1.274.149,3	1.313.144,6	1.237.979,4
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	166.237,7	182.233,3	385.985,3	374.393,5	375.963,9	407.426,1	380.316,0	394.429,1	376.166,2	354.762,6	374.151,7	406.470,3	323.752,5
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	450.168,0	450.193,7	448.267,0	443.839,8	443.091,1	442.402,3	440.796,7	438.349,3	437.716,3	437.968,2	437.655,7	437.364,9	437.876,7
Bônus Renegociados	8.864,6	9.078,5	8.856,4	7.948,9	7.311,1	7.105,3	6.826,7	6.924,9	6.459,3	6.010,3	6.065,0	6.071,5	6.503,9
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.800,8	2.773,4	2.750,7	2.724,1	2.697,3	2.670,3	2.645,7	2.618,0	2.590,1	2.563,0	2.534,2	2.506,8	2.478,8
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.071,2	11.047,3	11.022,1	10.996,9	10.975,9	10.970,0	10.944,4	10.918,5	10.902,4	10.903,5	10.877,2	10.858,3	10.831,7
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	1.068,2	1.061,8	1.016,7	955,5	845,9	482,3	441,7	411,6	355,7	323,8	296,4	2,8	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	41.366,3	41.048,4	40.418,0	40.129,3	39.772,4	39.487,8	39.205,1	38.952,2	38.498,9	38.266,3	37.954,9	37.630,7	37.303,1
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	319.145,6	319.776,9	319.045,3	316.521,0	317.173,7	317.506,5	316.752,5	314.876,7	315.221,5	316.015,0	316.055,9	316.363,9	316.691,0
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	50.076,5	50.348,6	50.223,3	49.883,1	50.168,4	50.137,0	50.105,0	49.899,5	50.007,9	50.193,7	50.245,3	50.343,2	50.567,3
Antecipação de Royalties	12.943,0	12.226,0	12.160,2	11.979,3	11.509,3	11.444,3	11.318,5	11.220,3	11.221,0	11.262,4	11.213,4	11.197,4	11.078,8
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.831,8	2.832,9	2.774,3	2.701,9	2.637,2	2.598,7	2.557,2	2.527,7	2.459,4	2.430,2	2.413,5	2.390,3	2.422,0
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	205.422,4	210.080,2	207.972,7	208.259,8	210.098,0	212.328,5	211.406,8	213.996,7	215.177,2	216.904,5	218.294,6	220.960,1	219.540,7
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	134.762,1	136.047,0	136.603,2	136.653,7	136.977,2	137.628,7	135.776,0	136.788,6	137.180,5	138.107,3	139.286,9	140.673,7	139.187,2
Fundos Constitucionais Regionais	45.387,3	45.844,7	46.387,0	46.854,4	47.275,2	47.804,5	48.375,8	48.918,0	49.366,7	49.917,0	50.476,1	51.225,2	51.225,2
Fundos Diversos	25.273,0	28.188,6	24.982,5	24.751,7	25.845,5	26.895,3	27.255,0	28.290,1	28.630,0	28.880,3	28.531,6	29.061,2	29.128,3
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	152.040,3	156.691,1	168.925,4	166.444,0	162.934,6	188.337,9	212.118,7	248.278,6	244.858,4	244.461,9	244.047,4	248.349,3	256.809,5
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.559,0	5.561,1	5.559,3	5.561,2	5.563,4	5.565,5	5.566,0	5.567,8	5.569,8	5.572,2	5.574,4	5.576,8	5.579,2
Haveres de Operações Estruturadas	50.004,3	53.984,2	53.687,3	52.676,1	51.367,9	51.260,7	50.737,0	50.873,3	50.421,4	49.270,3	49.531,8	49.722,1	50.725,2
Haveres Originários de Privatizações	7.428,9	7.421,6	7.405,8	7.410,5	7.404,2	7.397,7	7.392,3	7.385,3	7.633,6	7.626,6	7.619,6	7.613,4	7.593,0
Haveres de Legislação Específica	60.155,2	60.719,3	73.308,8	72.214,6	70.801,8	96.781,3	121.186,3	157.299,8	154.406,7	154.376,0	153.431,7	157.661,1	164.669,8
Demais Haveres Administrados pela STN	28.892,9	29.004,9	28.964,3	28.581,6	27.797,2	27.332,7	27.237,1	27.152,4	26.826,9	27.616,7	27.889,8	27.775,8	28.242,4
II. HAVERES EXTERNOS	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	974.175,2	999.574,2	1.211.530,3	1.193.277,7	1.192.386,2	1.250.782,9	1.244.927,7	1.295.338,9	1.274.115,7	1.254.347,5	1.274.401,7	1.313.375,3	1.238.272,5
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹⁾	31,7%	32,8%	39,9%	39,3%	39,3%	41,3%	41,2%	42,7%	41,8%	41,1%	41,5%	41,8%	38,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO JANEIRO 2010/2009 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2009						2010					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	279.229,7	17.470,0	-	-	1.026,6	1.026,6	158.279,2	5.211,6	-	-	143,6	143,6
Senado Federal	47.287,9	5.350,5	2,0	2,0	308,6	310,7	43.858,0	333,6	-	-	459,4	459,4
Tribunal de Contas da União	44.069,8	79,8	-	-	3.789,7	3.789,7	59.523,7	1.338,0	-	-	1.988,8	1.988,8
Supremo Tribunal Federal	79.888,4	571,4	-	-	656,9	656,9	61.290,1	-	-	-	645,0	645,0
Superior Tribunal de Justiça	14.385,0	548,0	-	-	2.778,8	2.778,8	17.242,0	5,2	-	-	22,7	22,7
Justiça Federal ³	284.901,7	272.935,9	232.781,3	232.771,6	12.535,8	245.307,4	362.639,3	319.498,7	-	-	11.432,0	11.432,0
Justiça Militar	10.665,7	26,2	0,2	0,2	246,9	247,1	7.704,0	103,7	-	-	244,7	244,7
Justiça Eleitoral	165.001,3	2.106,2	5,3	1,2	9.087,2	9.088,3	450.415,4	12.570,9	-	-	20.917,8	20.917,8
Justiça do Trabalho	230.819,1	37.836,5	11,1	6,4	7.382,9	7.389,3	179.677,1	8.791,5	-	-	5.919,7	5.919,7
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	65.146,0	1.550,9	4,4	-	2.425,1	2.425,1	47.559,8	447,9	-	-	3.761,8	3.761,8
Conselho Nacional de Justiça	-	-	-	-	-	-	62.128,7	-	-	-	1.029,4	1.029,4
Presidência da República ⁴	1.720.122,0	43.579,4	12,6	12,1	20.244,6	20.256,7	1.775.554,9	5,2	152,6	-	23.343,9	23.343,9
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	407.330,6	1.425,3	-	-	358,9	358,9	838.003,8	-	-	-	156.869,6	156.869,6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.172.208,0	6.771,7	307,3	304,2	41.049,7	41.353,9	1.518.632,8	5,8	-	-	29.226,3	29.226,3
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.469.941,5	20.981,5	9.948,7	2.351,9	61.488,5	63.840,4	1.875.147,5	4.739,0	763,9	675,7	49.681,3	50.357,0
Ministério da Fazenda	532.204,2	5.212,8	6,5	6,5	5.793,5	5.799,9	945.015,3	8.586,3	606,1	606,1	76.294,9	76.901,0
Ministério da Educação	4.968.782,1	141.893,1	1.372,6	757,9	104.611,6	105.369,4	6.599.115,1	5.615,4	115,9	108,0	554.661,9	554.769,9
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	172.473,3	302,5	232,0	232,0	1.123,3	1.355,2	316.168,1	-	-	-	480,4	480,4
Ministério da Justiça	913.695,7	825,0	425,2	425,2	33.400,8	33.825,9	1.191.457,8	9,8	-	-	51.253,9	51.253,9
Ministério de Minas e Energia	76.172,6	3.790,8	0,1	0,1	1.847,0	1.847,1	197.208,3	-	-	-	4.736,2	4.736,2
Ministério da Previdência Social	238.028,1	78,4	-	-	4.388,0	4.388,0	165.808,7	-	-	-	21.991,1	21.991,1
Ministério Público da União	149.092,1	9.706,2	-	-	5.277,1	5.277,1	160.443,1	200,0	-	-	6.993,1	6.993,1
Ministério das Relações Exteriores	122.416,0	645,6	102,8	102,8	153,5	256,3	163.000,0	-	-	-	91,1	91,1
Ministério da Saúde	3.641.576,2	5.673,0	371,4	364,1	73.365,1	73.729,2	4.446.449,5	30,5	13,0	13,0	99.435,4	99.448,3
Ministério do Trabalho e Emprego	82.768,4	2,1	-	-	1.105,6	1.105,6	40.934,3	-	-	-	4.064,9	4.064,9
Ministério dos Transportes	9.741.574,3	96.795,3	5,4	-	382.768,0	382.768,0	13.858.928,0	18.963,9	-	-	538.180,2	538.180,2
Ministério das Comunicações	99.929,8	3,1	1,7	1,7	14.728,4	14.730,1	46.941,4	-	-	-	405,5	405,5
Ministério da Cultura	228.897,1	244,8	-	-	4.908,1	4.908,1	413.450,6	12,6	-	-	10.271,7	10.271,7
Ministério do Meio Ambiente	180.638,0	36,1	-	-	2.182,6	2.182,6	106.312,8	5,0	-	-	1.006,4	1.006,4
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.226.337,7	458.199,2	0,2	0,2	26.028,1	26.028,2	1.830.583,5	0,5	-	-	83.420,0	83.420,0
Ministério do Esporte	1.006.549,9	-	-	-	12.561,7	12.561,7	1.076.180,3	-	-	-	1.559,8	1.559,8
Ministério da Defesa	4.441.637,3	48.907,1	7.921,4	7.898,8	172.980,2	180.879,1	9.286.517,1	1.587.523,5	14.965,9	14.965,9	489.030,9	503.996,8
Ministério da Integração Nacional	5.144.723,9	1.894,2	28,8	21,3	5.144.723,9	5.144.723,9	5.394.525,6	47.166,5	-	-	186.173,1	186.173,1
Ministério do Turismo	2.150.741,3	8,0	-	-	25.954,9	25.954,9	2.732.313,4	-	-	-	18.128,4	18.128,4
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	255.925,5	40.006,9	-	-	31.717,2	31.717,2	347.847,1	-	-	-	17.173,5	17.173,5
Ministério das Cidades	8.884.404,2	59.699,1	0,2	0,2	141.009,6	141.009,6	7.478.512,8	-	-	-	371.627,0	371.627,0
Ministério da Pesca e Agricultura	-	-	-	-	-	-	457.901,0	1.080,3	-	-	863,8	863,8
Conselho Nacional do Ministério Público	-	-	-	-	-	-	3.772,8	-	-	-	-	-
TOTAL	51.249.564,4	1.285.156,6	253.541,1	245.260,3	1.248.548,9	1.493.809,2	64.717.042,8	2.022.245,5	16.617,3	16.368,6	2.843.529,6	2.859.898,2

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

⁴ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XV - nº 1 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

JANEIRO / 2010

Comentários

Em janeiro de 2010, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -39,5%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior, considerando nesse cálculo o pagamento em dezembro de 2009 da parcela do 1% adicional ao FPM instituída pela Emenda Constitucional 55/2007. Não considerando esse fator a redução foi de -23%.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 5.923.755,1 (mil), ante R\$ 9.792.447,8 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

Em 28 de janeiro de 2010 foi creditada aos municípios a parcela final do Apoio Financeiro instituído pela Lei nº 12.058/09, no valor total de R\$ 516.609.664,89. Esta transferência teve como base de cálculo a diferença negativa nos repasses individuais do FPM bruto de 2009 em relação ao de 2008.

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil					
	2008		2009		Variação Nominal	
	Dezembro*	Janeiro	Dezembro*	Janeiro	Jan/2010 Dez/2009	Jan/2010 Jan/2009
FPM	3.432.358,3	3.526.052,2	6.033.658,5	3.029.193,1	-49,8%	-14,1%
FPE	3.279.808,9	3.369.338,6	3.758.789,3	2.894.562,1	-23,0%	-14,1%
IPI-Exp	215.329,2	215.688,2	265.128,4	226.763,5	-14,5%	5,1%

Observações: Valores já deduzidos do FUNDEB (-20%);
No FPM de dezembro de 2008 e de 2009 está incluída a parcela referente à Emenda Constitucional 55/2007 (1%).

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
JANEIRO	-17%	-23%	-17%	-23%	-9%	-14,5%

* Obs.: sem considerar o pagamento no FPM referente à emenda Constitucional 55/2007 em dezembro/2008

Estimativa Trimestral

FUNDOS	FEV/JAN	MAR/FEV	ABR/MAR
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+17%	-22%	+21%
IPI - EXP	-6%	-3%	-15%

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/12/2009 a 20/01/2010, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
DEZ/3º DEC	2.060.634	5.411.117	7.471.751	JAN/1º DEC	1.285.141	1.344.915	164.851	2.794.907
JAN/1º DEC	582.225	2.354.771	2.936.996	JAN/2º DEC	505.163	528.659	46.578	1.080.401
JAN/2º DEC	191.685	6.228.418	6.420.102	JAN/3º DEC	1.104.258	1.155.618	15.335	2.275.211
TOTAL	2.834.544	13.994.306	16.828.849	TOTAL	2.894.562	3.029.193	226.763	6.150.518

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Incluídos na arrecadação do 2º decêndio de janeiro informada acima, os montantes de R\$ 56.354 (mil) no IR e R\$ 8.375 (mil) no IPI, são decorrentes da classificação das receitas relativas aos Depósitos Judiciais - Dívida Ativa, arrecadados nos códigos de DARF 7525 e 7961, no período de 1/set a 31/dez/09, tendo o respectivo repasse das transferências constitucionais ocorrido em 28/01/2010.
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	14.998,3	99.023,0	23,2
ALAGOAS	AL	72.108,4	120.416,7	611,7
AMAZONAS	AM	44.762,2	80.769,9	2.444,9
AMAPÁ	AP	10.743,8	98.762,5	239,2
BAHIA	BA	275.171,4	271.978,8	11.704,9
CEARÁ	CE	158.148,8	212.371,1	1.874,5
DISTRITO FEDERAL	DF	5.071,9	19.978,3	293,3
ESPÍRITO SANTO	ES	52.159,7	43.418,4	10.834,5
GOIÁS	GO	110.646,8	82.295,3	3.538,6
MARANHÃO	MA	126.205,8	208.935,3	2.347,6
MINAS GERAIS	MG	397.232,3	128.938,3	30.008,8
MATO GROSSO DO SUL	MS	46.124,7	38.555,6	2.156,3
MATO GROSSO	MT	55.948,3	66.803,6	2.804,1
PARÁ	PA	110.397,0	176.915,6	12.373,6
PARAÍBA	PB	97.882,4	138.617,7	405,0
PERNAMBUCO	PE	152.231,0	199.730,6	1.338,2
PIAUI	PI	80.305,6	125.085,6	78,5
PARANÁ	PR	205.571,0	83.456,0	19.980,8
RIO DE JANEIRO	RJ	91.676,9	44.220,2	35.780,8
RIO GRANDE DO NORTE	RN	76.370,4	120.931,9	329,9
RONDÔNIA	RO	26.635,6	81.499,3	436,1
RORAIMA	RR	9.327,9	71.805,4	15,1
RIO GRANDE DO SUL	RS	205.423,3	68.161,1	27.073,9
SANTA CATARINA	SC	117.564,4	37.044,6	14.539,8
SERGIPE	SE	44.060,1	120.277,7	112,8
SÃO PAULO	SP	400.404,0	28.945,6	45.352,7
TOCANTINS	TO	42.021,2	125.624,0	64,8
TOTAL		3.029.193,1	2.894.562,1	226.763,5

Obs.: Deduzidos 20 % do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 15 de dezembro de 2009, foi publicada a Portaria STN nº 744, de 14 de dezembro de 2009, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2010, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.